

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

REQUERIMENTO Nº, DE 2018 (do Dep. IVAN VALENTE)

Requer, nos termos do Regimento Interno e da Constituição Federal, a convocação dos Ministros da Saúde, Gilberto Occhi, e o convite do Diretor Presidente da Agência Nacional de Saúde Suplementar para prestar esclarecimentos sobre: aumento no valor dos planos de saúde em percentual muito acima da inflação; cobrança de franquia e coparticipação em consultas e exames; indicação de Diretor para a referida agência em clara situação de conflito de interesses.

Senhor Presidente,

Requeiro a V. Exa., com base no art. 50 da Constituição Federal, assim como do art. 24, inciso IV, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que, ouvido o Plenário, se digne adotar as providências necessárias à Convocação do Ministro da Saúde Gilberto Occhi e para convidar o Diretor Presidente da Agência Nacional de Saúde para comparecerem a esta Comissão de Defesa do Consumidor a fim de prestar esclarecimentos sobre: aumento no valor dos planos de saúde em percentual muito acima da inflação; cobrança de franquia e coparticipação em consultas e exames; indicação de Diretor para a referida agência em clara situação de conflito de interesses.

JUSTIFICATIVA

Conforme amplamente divulgado pela imprensa, está em discussão na Agência Nacional de Saúde Suplementar a definição dos reajustes dos planos de saúde individuais a partir de junho.

Apesar de a inflação medida pelo IPCA estar em queda, caindo 2,95% em 2017 e alcançando 2,68% nos 12 meses terminados em março, as empresas responsáveis pelos planos de saúde pleiteiam um reajuste de 10 a 13%, o que pode prejudicar mais de oito milhões de pessoas que dependem desses planos em todo o país.

A concessão de aumentos aos planos de saúde acima do valor da inflação tem sido uma tradição na ANS. Em 2013 o reajuste foi de 9,04%, para uma inflação de 5,91%; em 2014, de 9,65% para uma inflação de 6,41%; em 2015, 13,55% para uma inflação de 10,67%; em 2016, 13,57% para uma inflação de 6,29%; e agora com uma inflação de 2017 em queda de 2,95%, o pleito é de absurdos 13,55%.¹

Além da previsão de aumento dos planos em percentual acima da inflação, os jornais têm divulgado que o governo estuda condicionar a realização de consultas e exames ao pagamento de franquias e de coparticipação, medida que prejudicaria substancialmente os consumidores de todo o país.

A condescendência da ANS com os planos de saúde vem sendo denunciada pela nossa bancada há anos e os aumentos concedidos apontam mais uma vez a falta de isenção e a confusão de interesses entre aqueles que deveriam regular o setor em benefício dos usuários e de toda a sociedade e aqueles que deveriam se submeter às normas de regulação previstas para a prestação de serviços.

A indicação de pessoas com interesses diretamente ligados aos setores regulados para ocupar a Diretoria da Agência só reforça nossa preocupação. Conforme o Idec e a Abrasco denunciaram ao Conselho de Ética, no último dia 17, o governo indicou para esta função o advogado Rogério Scarabel Barbosa, sócio coordenador da área hospitalar e de saúde de um escritório de advocacia que atua representando interesses de empresas perante a própria ANS.²

Fica cada vez mais evidente a fragilidade e a captura das agências reguladoras pelos setores regulados, o que tem prejudicado a população em todo país em razão da proliferação de aumentos abusivos e da falta de fiscalização dos serviços prestados.

A saúde é um dever do Estado e um direito dos cidadãos. A presença do Exmo. Sr. Ministro da Saúde nesta honrosa Comissão, bem como do Diretor Presidente da ANS,

¹ <http://www.jb.com.br/economia/noticias/2018/04/22/febre-inflacionaria-nos-planos-de-saude-reajuste-ameaca-8-milhoes/>

² <https://www.idec.org.br/release/idec-e-abrasco-pedem-investigacao-em-indicacao-de-novo-diretor-da-ans>

contribuirá para a elucidação da política de preços que o governo adotará para planos de saúde e também sobre os critérios para a escolha dos novos membros da Diretoria daquela agência, dessa forma, solicito aos nobres pares apoio para aprovação deste Requerimento.

Sala das Reuniões, 24 de abril de 2018.

IVAN VALENTE - PSOL/SP